Associação dos Advogados de Macau

澳 門 律 師 公 會

澳門律師公會

Associação dos Advogados de Macau

二零一四年度第一期實習律師課程錄取試

EXAME DE ADMISSÃO DO 1º CURSO DE ESTÁGIO DE 2014

筆試 **Prova Escrita**

二零一四年五月十日

10 de Maio de 2014

Direito civil e direito de processo civil (6 valores)

No dia 20 de Janeiro de 2013, António, casado com Maria no regime da comunhão geral de bens, apresentando-se na condição de solteiro, celebrou com Manuel um acordo escrito de promessa de compra e venda, em que o primeiro prometeu vender, e o segundo prometeu comprar, a fracção autónoma para habitação "B3" e a fracção autónoma para estacionamento "A/121" do Edf. "Casino View", sito na Rua dos Casinos, em Macau, pelo valor global de HKD4,500,000.00 (quatro milhões e quinhentos mil dólares de Hong Kong), ambas inscritas no registo predial a favor de António.

Manuel, no acto da assinatura desse acordo, pagou o sinal no valor estipulado de HKD$450,000.00 (quatrocentos e cinquenta mil Hong Kong dólares).

E obrigou-se a pagar o remanescente do preço no valor de HKD$4,050,000.00 (quatro milhões e cinquenta mil dólares de Hong Kong) no acto da assinatura da escritura pública.

Acordaram ainda as partes que os imóveis seriam entregues ao Manuel, como foram, na data do contrato-promessa.

Manuel apresentou os documentos necessários à celebração da escritura pública.

No dia 20 de Janeiro de 2014, pelas 15 horas, conforme estipulado no contrato promessa, Manuel compareceu no cartório notarial para celebrar a escritura de compra e venda, levando consigo um cheque visado emitido sobre o Banco Seng Heng, S.A., no valor de HKD$4,050,000.00

(quatro milhões e cinquenta mil dólares de Hong Kong), em favor de António, correspondente ao remanescente do preço acordado.

António não compareceu no cartório notarial.

Por isso a escritura não foi outorgada.

Actualmente, a fracção autónoma para a habitação aqui em causa vale HKD$10,000,000.00 (dez milhões de dólares de Hong Kong) e o lugar de estacionamento vale HKD$2,000,000.00 (dois milhões de dólares de Hong Kong).

1. António necessitava do acordo de Maria para celebrar o contrato-promessa? Justifique.
2. Não tendo sido demandada em acção de execução específica proposta por Manuel contra António, a que título e até quando pode Maria intervir na lide?
3. Que tipo de defesa Maria poderá invocar para impedir os efeitos da execução específica? Justifique.
4. Na hipótese de não ter intervindo na acção de execução específica e esta ser procedente, o que pode Maria fazer e em que prazo?
5. Na hipótese de não proceder a acção de execução específica, ou a respectiva decisão ficar sem efeitos, quais são os direitos de Manuel?

DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO

(3 valores)

I

Explique em que consiste o vício de forma, dando alguns exemplos concretose a respectiva consequência (1 valor).

II

No dia 2 de Abril de 2013 a "CARRAPATO sociedade unipessoal limitada", através do seu administrador Sr. Serafim Saudade, requereu à Direcção dos Serviços de Turismo o licenciamento de uma sala de dança com um palco rotativo onde tocaria a banda, conceito que julgaria inovador em Macau.

Nos termos do n.° 1 do artigo 2.° do Decreto-Lei n.°16/96/M, de 1 de Abril, o licenciamento deste tipo de estabelecimento é da competência da Direcção dos Serviços de Turismo.

No dia 16 de Maio de 2014, a Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais notificou o Sr. Serafim Saudade, que se encontrava à data a residir no exterior de Macau, da seguinte forma:

"Sr. Serafim Saudade, esta notificação é enviada pelo Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais ao abrigo da partilha de trabalho do Governo da RAEM recentemente implementada. A Direcção dos Serviços de Turismo estar ocupada com a organização do Festival de Fogo de Artifício de Macau e não tem pessoal suficiente para analisar o seu pedido neste momento. Informamos que o seu pedido é indeferido por o Decreto-Lei n.° 16/96/M não prever palcos rotativos em salas de dança. Atentamente, IACM."

PERGUNTAS:

Tendo em conta os factos apresentados:

Sucintamente identifique os vícios que afectam o acto, o prazo de recurso e o último dia para o intepôr, considerando que o administrador da requerente se encontra a residir no exterior de Macau, quem é a entidade recorrida e o que indicaria na petição de recurso (2 valores)

Direito Comercial

(4 valores)

(I)

Uma agência de publicidade preparou um anúncio para a marca de whiskies **Jim Beam**, em que dois cowboys sentados no guarda-lamas dianteiro de um automóvel **Rolls Royce**, com uma garrafa de whisky daquela marca e dois copos cheios, sendo vísivel parte do radiador do automóvel e o emblema **RR**. O titular da marca **Rolls Royce** consulta-o sobre o assunto. Quid Iuris?

(II)

A **MACTAI, S.A.** é uma sociedade que se dedica à promoção imobiliária (construção para venda). Tem como maior accionista a **SABIDA, Lda.**, que detém 55% do capital social da **MACTAI, S.A.**. Os três administradores da **MACTAI, S.A.** foram eleitos numa lista apresentada e apoiada pela **SABIDA, Lda**, contra os votos de todos os outros accionistas. A **SABIDA, Lda.** é uma sociedade que se dedica a empreitadas de construção civil. A **MACTAI, S.A.** deu a construção de todos os seus empreendimentos dos últimos quatro anos de empreitada à **SABIDA, Lda.**, por preços cerca de 20% acima dos correntes no mercado.

A é accionista da **MACTAI, S.A.**, nela detendo 5% do capital social. Na última reunião da assembleia geral da **MACTAI, S.A.** foram aprovados o relatório de gestão e as contas do exercício do ano anterior, a aplicação de resultados (negativos) na conta de resultados transitados e a manifestação de confiança aos administradores e ao fiscal único. **A** votou contra todas as deliberações. No ponto sobre o relatório e contas, **A** fez perguntas à administração sobre os critérios de adjudicação das empreitadas, a que os administradores não responderam. No ponto sobre a apreciação da administração e da fiscalização, **A** propôs uma moção de desconfiança aos administradores.

A pretende saber se:

a) Pode pedir a anulação das deliberações da assembleia geral;
b) Pode responsabilizar pessoalmente os administradores da **MACTAI, S.A.** pelos resultados negativos da empresa;
c) Pode co-responsabilizar a **SABIDA, Lda.** pelos mesmos resultados;
d) Pode co-responsabilizar o fiscal único também por esses resultados.

Responda a **A**, indicando os fundamentos das suas respostas.

Direito penal e direito de processo penal (6 valores)

Caso 1

(2,5 valores)

A insatisfeito dos serviços prestados pelo médico B, publicou uma mensagem no fórum da CTM, no qual refere que B é um médico irresponsável e incapaz, aconselhando às outras pessoas para não recorrer serviços a este médico.

No dia seguinte à publicação, A deslocou-se ainda ao consultório de B, chamando-lhe nomes feios à frente dos empregados e dos clientes do consultório.

Pelo acima exposto, B sentiu-se muitovergonhoso e ofendido, e foi ter consigo que é advogado para proceder contra B.

1. Que crime(s) está(ão) aqui em causa?
2. Que procedimento pode B instaurar contra A?
3. Que consequências teriam se os serviços prestados a A por B tivessem sido realmente insatisfatórios?

Caso 2

(3,5 valores)

No dia 18 de Dezembro de 2013, pelas 00h00, a A caminhava pela Avenida do Coronel Mesquita, perto da Rua de Francisco Xavier Pereira , transportando uma mala de viagem.

Ao atravessar ao cruzamento com a Rua de Francisco Xavier Pereira , na respectiva passagem para peões, com sinal verde, reparou, por entre o trânsito automóvel que se encontrava imobilizado no sinal vermelho, no seu namorado, B, conduzindo um motociclo de cor preta e matrícula M-11-11, com uma rapariga, C, no assento de trás.

De imediato, a A dirigiu-se ao B e agarrou o guiador do referido motociclo. Por sua vez, o B empurou a A com a mão e, assim que o sinal luminoso passou a verde, iniciou a marcha do motociclo, quando a A se encontrava à frente deste, derrubando-a ao chão, com a violência do embate.

Como consequência directa e necessária, a A sofreu ferimentos vários, necessitando de 11 dias de recuperação. Também decorrente do embate, a mala da A ficou totalmente danificada.

De seguida, o B abandonou o local, proferindo palavras ofensivas à A, a qual teve de pedir socorro à polícia através do seu próprio telemóvel.

À data dos factos, o motociclo conduzido pelo B encontrava-se segurado na Companhia de Seguros D.

Responda às seguintes perguntas, expondo os respectivos fundamentos de direito:

1. Caracterize juridicamente os actos praticados por B.
2. Imagine que é advogado e que a A pede-lhe que desencadeie os respectivos procedimentos criminal e civil, com vista à efectivação dos seus direitos. Como deve proceder? Quando deve proceder? Contra quem deve agir?
3. Considerando que o valor da indemnização peticionada é no montante de MOP$35.000, pode, de acordo com a lei actualmente vigente, a A requerer a intervenção de tribunal colectivo para julgar a acção?
4. Imagine que a A, antes da audiência de julgamento, manifestava a sua intenção de não continuar os procedimentos criminal e civil. Esta pretenção será viável? Como procederia para a efectivar?

Lei Básica (1 valor)

1. Explica sumaria como se entende que os cidadões de RAEM são protegidos complexos na Lei Básica?
2. Explica sumaria como se aplica a Constituição de China na REAM?